

20 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

Justiça condena auditor fiscal a perda do cargo público

Réu já condenado na Operação Publicano vinha "perpetrando delitos" contra a administração pública, segundo juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina



Condenado mais de uma vez à prisão pelo juiz Juliano Nanuncio (foto), auditor da receita Estadual recorre em liberdade

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O juiz Juliano Nanuncio, da 3ª Vara Criminal de Londrina, decretou a perda do cargo público pelo prazo de 18 anos do auditor fiscal afastado da Receita Estadual do Paraná, Milton Antônio Di Giácomo. O servidor é réu condenado no âmbito da Operação Publicano por participação na organização criminosa que agia no órgão fazendário acusado de corrupção e lavagem de ativos.

Segundo o juiz, a demissão se justifica pela condição de funcionário público "para perpetrar delitos contra a administração pública", e que o réu praticou, de "modo sofisticado", a lavagem dos ativos advindos de tais

crimes. "Comprovou-se que sua conduta é claramente incompatível com a manutenção de seu cargo, haja vista a prática delitiva de forma totalmente oposta ao dever funcional, utilizando-se dos atributos das funções para se enriquecer, em detrimento ao patrimônio público", escreveu o juiz na sentença.

O ex-inspetor regional de fiscalização da Receita Estadual já fora condenado a 44 anos e nove meses de prisão e a pagar multa de mais de R\$ 550 mil na primeira fase da Publicano. Em outra sentença, proferida em 2018, Nanuncio também o condenou a nove anos e um mês de prisão em regime fechado por lavagem de dinheiro no processo referente a Publicano 7. Mas o funcionário público recorre em liberdade.

CONTINUA

20 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O MP (Ministério Público) também apontou que Digiácomo em conluio com o delator da Publicano, Luiz Antonio de Souza, fazia lavagem de dinheiro de propina por meio da empresa Masterinvest. Mais de R\$ 27 milhões teriam sido lavados no esquema criminoso somente por essa empresa. Em uma das sentenças, o magistrado também deferiu pedido do MP para que seja confiscada a sala comercial do Edifício Wall Street, que também seria um imóvel adquirido com dinheiro de propina e comprado para maquiagem os ativos ilícitos por Digiácomo. A defesa recorre das decisões no TJ (Tribunal de Justiça).

Procurado, o advogado Walter Bittar, que atua na defesa do auditor fiscal, disse apenas que irá recorrer da nova decisão judicial. Dos 62 auditores supostamente envolvidos no esquema, até agora apenas três foram demitidos: Luiz Antonio de Souza, principal delator da Operação Publicano; Marco Antonio Bueno e Jorge de Oliveira Santos.

20 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

Senador Cid Gomes é baleado ao tentar invadir quartel no Ceará

Fortaleza e Brasília - O senador Cid Gomes (PDT-CE) foi baleado na tarde dessa quarta-feira (19), em Sobral (270 km de Fortaleza), ao tentar invadir um quartel tomado por policiais militares, que protestam por reajuste salarial. Ainda não havia informação sobre seu estado de saúde até o fechamento da edição.

Segundo o ex-governador do Ceará e ex-candidato a presidente Ciro Gomes (PDT), irmão de Cid, ele levou dois tiros, mas não corre risco de morte.

Cid, que está licenciado do Senado, dirigia uma retroescavadeira e tentou avançar sobre o portão do batalhão da cidade, tomado por policiais militares. O trator foi alvejado e teve os vidros estilhaçados.

O senador foi retirado por pessoas que o acompanhavam, consciente e andando, e levado ao hospital do Coração de Sobral. A assessoria de Cid informou que o senador passava por estabilização e que ele seria transferido para a Santa Casa de Misericórdia de Sobral.

Nas redes sociais, Ciro Gomes disse que as balas não atingiram órgãos vitais.

“Meu irmão Cid Gomes foi vítima de dois tiros de arma de fogo por parte de policiais militares amotinados e mascarados em Sobral, nossa cidade. Até aqui as informações médicas são de que as balas não atingiram órgãos vitais apesar de terem mirado seu peito esquerdo”, escreveu Ciro.

“Novos exames estão sendo feitos, mas a palavra aos familiares e amigos é de que Cid não corre risco de morte. Espero serenamente, embora cheio de revolta, que as autoridades responsáveis apresentem prontamente os marginais que tentaram este homicídio bárbaro às penas da lei”, afirmou. No início da tarde, Cid Gomes avisou por meio de rede social que chegaria em Sobral para tentar negociar o fim do motim dos policiais militares. Ele pediu que a população o acompanhasse até o batalhão.

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Professor suspeito de pedofilia tem prisão preventiva decretada

Docente de colégio de elite em São Paulo filmava genitália das alunas, segundo a polícia; ele foi demitido

Diêgo Maia

SÃO PAULO A Justiça de São Paulo decretou, na tarde desta quarta-feira (19), a prisão preventiva do professor de história e teatro Ivan Secco, 54, suspeito de pedofilia.

Ele trabalhava na unidade de Pinheiros (zona oeste) da St. Nicholas School, colégio de elite da capital paulista. Secco é suspeito, segundo a polícia, de filmar a genitália de suas alunas por debaixo da saia delas durante as aulas.

Ele foi um dos 43 presos na sexta fase da Operação Luz da Infância, deflagrada pelo Ministério da Justiça na terça (18).

A operação, que contou com o apoio da Polícia Civil, também cumpriu 112 mandados de busca e apreensão em 12 estados do país e em mais quatro países.

A prisão preventiva foi interposta pela Justiça em audiência de custódia realizada no Fórum Criminal da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo. Secco foi preso em flagrante e estava detido na carceragem do 77º DP (Santa Cecília), de onde saiu para ser ouvido pela Justiça.

Ainda não se sabe para onde o professor será levado. Como a Justiça decretou sigilo no processo, o conteúdo do depoimento de Secco não foi revelado à imprensa.



Ivan Secco, 54, professor de história e teatro na St. Nicholas School, ao ser levado pela polícia, na terça (18) Reprodução

A defesa do suspeito não quis se manifestar sobre a decisão da Justiça, afirmando que precisa de mais tempo para analisar os autos do processo.

A prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal. É concedida, entre outros critérios, quando há risco de o acusado fugir, cometer novos crimes ou atrapalhar a instrução probatória.

A Polícia Civil já havia solicitado a conversão da prisão em flagrante de Secco em preventiva. Ele foi autuado por

armazenamento e produção de conteúdo pornográfico. A polícia também investiga se o conteúdo foi compartilhado com terceiros.

Até o momento, não foram divulgadas informações a respeito das potenciais vítimas.

Segundo a polícia, o suspeito escondia câmeras dentro de caixas de remédios e embaixo de carteiras para filmar sob as saias de estudantes, algumas de apenas dez anos.

CONTINUA

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Os crimes, ainda conforme os investigadores, ocorriam há pelo menos três anos. Não se sabe se houve outros tipos de abuso.

Secco lecionava na escola havia cerca de 20 anos e não tinha antecedentes criminais. Pessoas próximas ao suspeito o descreveram como alguém discreto e disseram não desconfiar de seu comportamento.

A polícia foi primeiro à casa do professor, em Pinheiros. Ele chegou a criar, segundo os investigadores, uma pasta em seu notebook com as fotos das alunas preferidas. Além do aparelho, foram apreendidos pendrives e HDs (a quantidade não foi informada).

Segundo os investigadores, o suspeito disse em depoimento que estava arrependido e que precisava de ajuda porque estava doente.

A St. Nicholas School foi criada em 1980. Seus alunos, de várias nacionalidades, cursam da educação infantil ao ensino médio nas unidades de Alphaville e Pinheiros. A mensalidade da escola custa entre R\$ 7.000 e R\$ 8.000, segundo pais ouvidos pela Folha.

Em comunicado enviado à imprensa nesta quarta, o St. Nicholas informou que demitiu Secco de seu quadro de funcionários.

Na sua primeira manifestação oficial, um dia depois da operação, o colégio disse ter sido "surpreendido pelos acontecimentos" e disse que, assim como as demais escolas, "adota procedimentos e práticas criteriosas na contratação dos seus profissionais".

A direção do colégio também afirmou que está, como as demais instituições de ensino, "vulnerável a atitudes decorrentes de desequilíbrios individuais que, por suas características dissimuladas, são difíceis de serem previstas e identificadas".

Porém, o próprio St. Nicholas afirmou que os tais fatos imprevisíveis não o isentam de suas responsabilidades.

O colégio anunciou que vai rever seus processos internos e aferir possíveis falhas na busca pela segurança de alunos e professores.

Sem detalhar o que de fato será feito, o colégio ressaltou apenas que "novos procedimentos serão implantados". "A escola é sensível ao impacto causado pelos fatos em seus alunos, pais, professores e demais profissionais. Exerce, com transparência, um diálogo permanente com vistas a esclarecer e manter o bom seguimento das suas atividades educacionais."

Na sexta fase da Operação Luz da Infância, os agentes da polícia buscaram por arquivos com conteúdo relacionado aos crimes de exploração sexual praticados contra crianças e adolescentes. Quando chegaram até os locais investigados, deram voz de prisão aos suspeitos localizados.

Armazenar fotos ou vídeos de abuso e exploração sexual infantil no Brasil é crime passível de pena de 1 a 3 anos de reclusão. Na prática, ninguém vai para a cadeia se o crime não estiver associado ao compartilhamento ou à produção dessas imagens.

CONTINUA

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

veja como falar sobre abuso sexual com crianças

Mudança de humor e de apetite podem ser sinais de que são vítimas

- Ensinar desde os primeiros anos de vida da criança sobre conceitos de autoproteção e intimidade, de acordo com cada faixa etária. Deixar claro, por exemplo, que o corpo é dela e que não pode ser tocado sem consentimento
- Começar explicando os nomes de órgãos genitais, sem tabu, que se tratam de partes íntimas e que é preciso saber dizer não. Mais à frente, aprofundar explicações sobre corpo, sexualidade e violações e explicar sobre leis que tratam do assunto e os resguardam
- Falar sobre o abuso de forma indireta e lúdica, evitando alarmismo. Usar materiais didáticos, livros com imagens, vídeos (não agressivos ou explícitos), histórias com lições e brincadeiras (com fantoche, por exemplo) para abordar o tema
- Explicar que nem sempre o abuso é físico, caso do compartilhamento ou recebimento de fotos íntimas sem consentimento, e falar sobre formas de se prevenir
- Estabelecer uma relação de confiança e acolhimento com a criança e nunca minimizar ou desvalorizar o que fala para que não se sinta inibida a relatar um caso de abuso. Deixar claro que a culpa nunca é dela
- Sinais como mudança de comportamento e de humor, sonolência excessiva, alterações no apetite, comportamentos sexuais inadequados para a idade (desenhos muito sexualizados ou masturbação frequente, por exemplo), medo de pessoas ou de ir a certos lugares e ferimentos no corpo podem indicar que criança é vítima de abuso. É preciso ficar atento a variações
- A escola também deve ser responsável por observar as atitudes da criança, já que muitos casos de abuso são cometidos dentro de casa. Os educadores também podem ter mais facilidade em detectar casos do tipo devido à experiência pedagógica
- Caso a suspeita sobre o abuso aumente ou ele seja comprovado, buscar um especialista para conduzir a escuta da criança de forma adequada, evitando a sua revitimização (ou seja, ter que repetir diversas vezes a mesma história para pessoas diferentes), e fazer o encaminhamento do caso

Fontes: Jairo Bouer, psiquiatra e especialista em sexualidade; Nicole Campos, gerente de programas da Plan International; Roberta Rivellino, presidente da Childhood Brasil; Victor Graça, gerente executivo da Fundação Abrinq

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Moro pede, e PF investiga Lula com base em lei da ditadura

Inquerito que apura ofensa a Bolsonaro usa artigos

Julia Chaib

da Lei de Segurança Nacional

BRASÍLIA A Polícia Federal ouviu nesta quarta (19) o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em inquérito aberto para investigar ofensas do petista ao presidente Jair Bolsonaro.

A apuração foi instaurada a pedido do ministro Sergio Moro (Justiça) para averiguar se Lula cometeu crimes que pudessem ser enquadrados em artigos da Lei de Segurança Nacional e do Código Penal.

Lula, em Brasília, prestou depoimento à PF pela manhã.

Horas após petistas terem divulgado o teor da audiência, à noite, a PF informou que encaminhou relatório sobre a investigação à Justiça no qual demonstra que a conduta de Lula não feriu a legislação.

A investigação que, corria sob sigilo, foi divulgada por aliados de Lula que o acompanharam na audiência e confirmada pelo Ministério da Justiça em nota.

O ex-presidente, que está em Brasília, prestou depoimento à PF pela manhã. À tarde, falou à Justiça Federal no Distrito Federal no âmbito da Operação Zelotes, que apura suposta venda de MP (medida provisória) para beneficiar o setor automobilístico.

“O Ministério da Justiça e Segurança Pública requisitou a apuração contra Lula, assim que ele deixou a prisão, para

investigar possível crime contra a honra do presidente da República”, afirmou a pasta comandada pelo ex-juiz da Operação Lava Jato.

Moro foi o responsável pela condenação, no caso do triplex em Guarujá (SP), que levou o ex-presidente à prisão.

O petista foi solto, em novembro do ano passado, após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) determinar o cumprimento da pena após esgotados todos os recursos. Lula foi preso em abril de 2018.

“Lula disse, à época [da soltura], que Bolsonaro era chefe de milícia. Podem ter sido praticados os crimes do art. 138 do CP [Código Penal] ou do art. 26 da Lei de Segurança Nacional”, afirmou o Ministério da Justiça.

O artigo do Código Penal trata do crime de calúnia — imputar a alguém fato definido como crime. Já o trecho citado da Lei de Segurança Nacional trata do crime de caluniar ou difamar o presidente da República.

Quando foi solto, o petista fez críticas ao governo e chamou Bolsonaro de miliciano.

Em entrevista ao site O Antagonista, na ocasião, Bolsonaro afirmou que a Lei de Segurança Nacional “está aí para ser usada”. “Alguns acham

que os pronunciamentos, as falas desse elemento [Lula], que por ora está solto, infringem a lei”, afirmou.

Segundo os petistas que o acompanharam na audiência, um vídeo feito por Lula após reunião com o Movimento dos Atingidos por Barragem, em 9 de novembro, foi usado para embasar o inquérito.

“Nós vamos ter que levantar a cabeça e lutar porque não é possível que um país do tamanho do Brasil tenha o desprazer de ter no governo um miliciano responsável direto pela violência contra o povo pobre, responsável pela morte da Marielle, responsável pelo impeachment da Dilma, responsável por mentirem a meu respeito”, afirmou o ex-presidente no vídeo.

Moro argumentou que a fala de Lula feriu a honra do presidente e solicitou o inquérito.

À noite, Polícia Federal disse, em nota, “em momento algum”, Moro “solicitou, orientou ou determinou sobre eventual enquadramento do ex-presidente pela prática de crime tipificado na Lei de Segurança Nacional.” “A solicitação, recebida pela PF, se restringia ao pedido de apuração de declarações que poderiam caracterizar, em tese, crime contra a honra do atual senhor Presidente da República”, informou a PF.

CONTINUA

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

A PF ainda salientou que encaminhou relatório à Justiça e que no documento "resta demonstrado a inexistência de qualquer conduta praticada, por parte do investigado, que configure crime previsto na Lei de Segurança Nacional". A LSN em vigor foi editada em 1983, dois anos antes do fim da ditadura militar. A primeira versão foi promulgada pelo governo Vargas em 1935, definindo crimes contra a ordem política e social.

FOLHA DE S. PAULO

MARILIZ PEREIRA DORGE

Não há opção

20 FEV 2020

RIO DE JANEIRO Por que jornalistas se prestam a aguentar insultos diários de Jair Bolsonaro na porta do Palácio da Alvorada? Por que os jornais reproduzem ofensas, falas criminosas e dão espaço ao discurso de ódio protagonizado pelo presidente contra imprensa, adversários políticos, entidades internacionais, líderes estrangeiros, Greta e DiCaprio?

Tenho lido e ouvido esse questionamento com frequência. Por que não restringimos a cobertura às notícias que envolvem a administração? Porque é dever do jornalismo se opor ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, e o trabalho envolve o desconforto de lidar com um sujeito asqueroso feito nosso atual mandatário.

Aguentar as grosserias de Bolsonaro sem que haja réplica, o que transformaria suas saídas diárias numa baixaria ainda pior, mostra a competência dos profissionais que têm a dura missão de cobrir o presidente.

Mas não é só isso, é necessário que se registrem falas, gestos, atitudes e detalhes da personalidade que contarão a história de um país por meio do raio-x do seu representante maior. Um governo não é feito apenas dos números da economia, das vitórias e das derrotas na educação, na saúde e no desenvolvimento.

Em décadas, os brasileiros talvez não saibam os dados sobre desemprego, preço do dólar ou da gasolina, quantas crianças estavam fora da escola ou a quantidade de miseráveis na fila do Bolsa Família. Mas saberão que tivemos um presidente misógino, racista, homofóbico, que não respeita instituições, despreza o jogo da democracia e flerta descaradamente com um autogolpe.

Muito antes de as redes sociais darem espaço a qualquer baboseira que uma pessoa pense, Millôr já dizia, "não se amplia a voz dos imbecis". Difícil discordar, mas o mundo está cheio deles em posições estratégicas. Infelizmente, não é uma opção deixar de reportar o espetáculo grotesco de falta de educação, de empatia e de humanidade a que somos expostos todos os dias.

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

VALÉRIA PAES LANDIM

Advogada eleitoral, é fundadora do Observatório Nacional de Candidaturas Femininas

Mulheres na política e a redução da desigualdade Presença feminina proporciona avanços de gestão

Em todo o mundo, as mulheres buscam conquistar o protagonismo nas suas profissões, seja nas mais conservadoras ou, ainda, nas futuras tendências de empreendedorismo. Para muitas dessas mulheres, a possibilidade de obtenção de um trabalho remunerado equivale à chance de superar a situação de pobreza própria e de suas famílias. É essa luta por protagonismo tem ido além do profissional.

Somente no período de janeiro a junho de 2019, o Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu um total de 46.510 denúncias. Entre elas, ameaças (1.844), cárcere privado (1.243), tentativa de feminicídio (2.688), violência doméstica e familiar (35.769) e violência obstétrica (116). E o que isso quer dizer? Que a mulher, cada vez mais, observa as deficiências que a cercam, se une a outras e luta para ter voz e ocupar os seus espaços. Na política não tem sido diferente.

O Brasil tem uma péssima classificação quanto à presença feminina no cenário político, atrás de países como a Arábia Saudita, em que até novembro de 2019 as mulheres comemoravam a autorização para comparecer a uma partida de futebol ou para ter licença para dirigir.

O descompasso entre a proporção de candidatas e mulheres em condições de exercício do cargo pode ser atribuído a vários fatores, como falta de apoio real às candidaturas femininas, já que, em sua maioria, informações sobre gestão e planejamento de campanha eleitoral são de poder dos homens, líderes dentro dos partidos.

Tendo em vista essas dificuldades, fundamos no final de 2019 o Observatório Nacional de Candidaturas Femininas, que tem funcionado como uma espécie de incubadora de mulheres que querem fazer política.

O projeto foi apresentado em um evento no estado do Piauí e imediatamente ganhou apoio da OAB estadual. Em seguida, lançamos o Observatório em nível nacional, no Conselho Federal da OAB. No momento, desenvolvemos ações de capacitação para qualificarmos o maior número de candidaturas femininas nos municípios brasileiros para as eleições de outubro deste ano.

Somos todas voluntárias, advogadas e suprapartidárias. Nenhuma de nós tem filiação partidária, o que nos coloca numa posição de bastante conforto entre as participantes do nosso curso. Temos mulheres da direita, da esquerda, do

centro, sem filiação ou somente interessadas por questões políticas.

A igualdade de gênero não é somente um discurso feminista. Antes de tudo, países que atingem índices superiores a 40% de presença feminina nos parlamentos e nos cargos políticos, em geral tendem a ver uma melhora substancial nas suas cidades, segundo estudos da ONU Mulheres. Precisamos de mais mulheres a falar de economia humana, visto que a pobreza e o fortalecimento do capital pelo capital somente aprofundam os abismos socioeconômicos mundiais. Os índices de pobreza e miséria têm crescido de forma progressiva. E a pobreza, sobretudo, atinge mulheres e meninas. O tema foi discutido, além da crise climática, no último Fórum Mundial de Davos.

Temos recebido solicitações para instalar os trabalhos e as ações do Observatório Nacional de Candidaturas Femininas por todo o país. Além de também participarmos de vários eventos com exclusividade para o público feminino que pretende disputar as eleições de 2020 e de 2022. Temos levado a mensagem do quão significativa e transformadora é a presença feminina no momento do processo de deliberação legislativa. E isso nos deixa extremamente esperançosas.

Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Rondônia e Ceará receberão em breve as atividades do Observatório Nacional de Candidaturas Femininas. Para encerrar, é válido ressaltar que ações com o nome do Observatório Nacional de Candidaturas Femininas merecem atenção, já que passam por um processo de acompanhamento antes da instalação dos trabalhos sob nossa coordenação e devem estar credenciadas a nós. Vamos juntas!

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Agressões de Bolsonaro

Queria saber por que estão demorando tanto para pedir o impeachment do presidente (editorial "Sob ataque, aos 99", Opinião, 19/2). Ele já acumulou várias irregularidades e crimes.

Ana Elisa Lobo (Campinas, SP)

Bolsonaro é o bobo da corte, o paspalhão que está lá para diversão geral. O grande problema é o tal do Paulo Guedes, esse sim merece atenção. É o agente neoliberal deste desgoverno que vai correndo as estruturas que poderiam garantir um futuro melhor aos brasileiros.

Joeli Aparecida Weber Camargo
(Curitiba, PR)

Os insultos a Patrícia Campos Mello, muito além de ataques pessoais, são atentados contra o jornalismo e vilipêndios contra a autoridade e competência de mulheres. As declarações de Bolsonaro são passíveis de responsabilização criminal, mas o mutismo das instituições democráticas impossibilita qualquer culpabilização. A impunidade persistirá enquanto a elite empresarial e financeira permanecer em concordância com o atroz projeto político e, sobretudo, econômico em vigor.

Beatriz Brichucka de Paiva
(Guarulhos, SP)

Concordo com Roberto Pompeu de Toledo ("Painel do Leitor", 19/2): chega de acompanhar a fanfarrice do seu Messias na porta do Palácio da Alvorada. Estou cansada de me sentir envergonhada. E toda a força para a jornalista Patrícia Campos Mello, que, tenho certeza, não vai desistir de nos legar informação de qualidade.

Claudia Fonseca, jornalista e historiadora (Santos, SP)

Os ataques covardes que o presidente fez contra a jornalista Patrícia Campos Mello e que faz frequentemente contra outros profissionais da imprensa no portão do Palácio da Alvorada integram uma estratégia de desmoralização da mídia séria para tirar o foco dos problemas do país. Ele solta a sua verborreia canalha, os jornais publicam, as redes sociais replicam e tudo vira propaganda para os apoiadores dele.

Maria Cristina Bahia Vidigal
(Belo Horizonte, MG)

Cadê as instituições democráticas deste país para reagirem contra os incontáveis ataques deste governo tirano de Jair Bolsonaro e seus ministros? Está se estabelecendo a normalização da barbárie. Temos que encher as ruas e pedir que o homem que ocupa a Presidência se retire ontem, e não mais amanhã.

Rebeca Gelse Rodrigues (São Paulo, SP)

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ONDE ESTÁ

A família do miliciano Adriano da Nóbrega não pretende pedir a federalização das investigações da morte dele — pelo menos até segunda ordem.

CHAMA O MORO A postura difere do que defende Frederick Wassef, advogado de Jair e Flávio Bolsonaro. Ele declarou ao Painel que o Ministério da Justiça deveria ser acionado para ajudar a elucidar o caso.

SONO O advogado da família, Paulo Catta Preta, afirma que chegou a pensar em pedir a federalização diante da “percepção de um certo desinteresse preocupante” de autoridades do Rio e da Bahia, inclusive do governador Rui Costa, por uma investigação aprofundada.

DE VOLTA A decisão da Justiça da Bahia, no entanto, de que o corpo de Adriano fosse conservado e passasse por nova autópsia, tomada na quarta (19), “trouxe novamente confiança” à defesa da família, diz ele.

SINTONIA “A Justiça atendeu a um pedido do Ministério Público [da Bahia] que ia de encontro ao que defendemos”, diz ele. Por ora, portanto, se depender do advogado, nada muda.

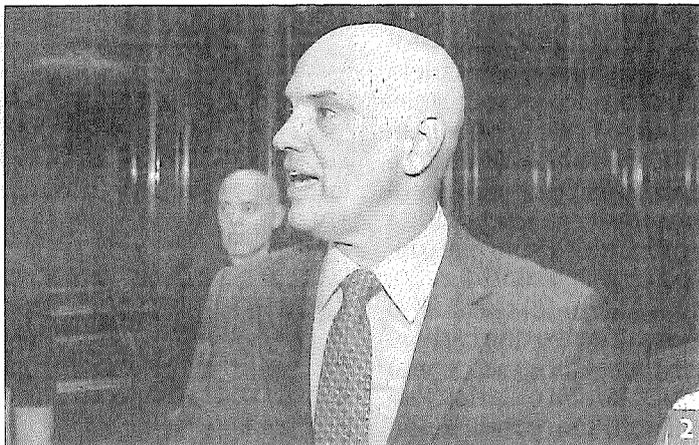
VAIVÉM O advogado que pediu a suspensão da nomeação de Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Palmares recorreu ao STF para reverter a decisão judicial que o garantiu no cargo.

VAIVÉM 2 Helio de Sousa Costa protocolou na terça (18) um pedido de urgência e reconsideração da decisão do ministro Dias Toffoli que mantinha a nomeação. A Defensoria também recorreu.

20 FEV 2020

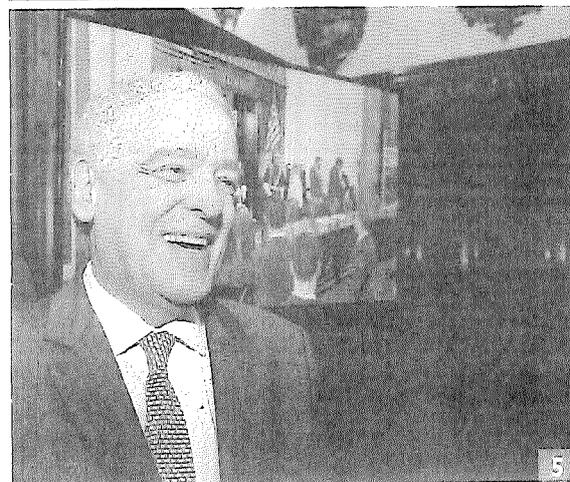
FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO



ENTRECORTES

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles , o ministro do STF Alexandre de Moraes  e o governador João Dória  foram à posse do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de SP, Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior , na segunda (17), em São Paulo. O presidente do TJ-SP, Geraldo Pinheiro Franco , e o procurador-geral de Justiça de SP, Gianpaolo Smanio , também compareceram.



20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Servidores lotam Assembleia paulista contra reforma

Funcionalismo pressiona deputados contra mudanças nas aposentadorias, já aprovadas em 1º turno na Casa

Laisa Dall'Agnol e
Cristiane Gercina

SÃO PAULO | AGORA Servidores paulistas lotaram o plenário da Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) nesta quarta-feira (19) para pressionar os deputados a votarem contra a reforma da Previdência estadual.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) que altera regras como idade mínima para a aposentadoria e cálculo dos benefícios, limita duração e pagamento de pensão por morte e aumenta a alíquota de contribuição previdenciária já foi aprovada em primeiro turno nesta terça (17).

A votação em segundo turno estava prevista para esta quarta, mas até a conclusão deste texto a Alesp ainda não havia iniciado as discussões.

“Não somos contra a reforma, mas o que temos aqui

é uma proposta divergente, e muito, da reforma federal aprovada”, disse Álvaro Gracim, presidente da Afpesp (Associação dos Funcionários Públicos de São Paulo).

“O projeto não foi discutido com a responsabilidade que deveria ter tido, já que muda a vida de mais de um milhão de paulistas. Vamos permanecer aqui na Alesp até que o governo nos ouça”, afirmou Mário Medeiros Neto, presidente da Aojesp (Associação dos Oficiais de Justiça de São Paulo).

A votação do primeiro turno foi apertada. O governo conseguiu garantir os 57 votos mínimos para aprovar uma PEC com o voto do presidente da Casa, Cauê Macris (PSDB).

Ao chegar aos 56 deputados favoráveis, ele, que não é obrigado a votar, decidiu registrar seu voto para aprovar a medida. Do total de 88 presentes na noite de terça, 31 de-

putados foram contra.

O texto principal foi aprovado praticamente como foi enviado pelo governo à Assembleia, com só três alterações.

Uma delas trata de garantir o direito adquirido a quem completar as regras para a aposentadoria um dia antes da publicação da emenda constitucional. As outras duas alteram a média salarial dos policiais civis e garantem que o servidor poderá se desligar de suas funções após 90 dias do pedido de aposentadoria, mesmo que a concessão ainda não tenha saído.

Nesta quarta, os ânimos voltaram a subir na assembleia. Macris chegou a pedir à Polícia Militar a detenção de um manifestante que fez um gesto obsceno durante discurso do deputado Douglas Garcia (PSL). “Vai responder judicialmente e criminalmente. Isso vale para qualquer outra pessoa que atacar qualquer parlamentar”, disse Macris.

CONTINUA

20 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na terça, deputados da bancada de apoio ao governador João Dória (PSDB) discursaram sob gritos de “se votar, não volta”, emitidos pelos servidores que estavam no local.

O deputado Arthur Moledo do Val (sem partido), o “Mãe Falei”, voltou a ofender os funcionários públicos na votação do primeiro turno. Em 2019, ele foi protagonista de discussão que teve empurra-empurra, socos e até mordida após ter chamado os servidores de vagabundos.

A reforma é composta por dois projetos: a PEC e um PLC (Projeto de Lei Complementar) que complementa as alterações. O governo Dória pretende economizar R\$ 58 bilhões em 15 anos com a medida. A intenção é aprovar a PEC até o final desta semana e o PLC até a semana que vem.

O andamento da reforma só foi possível porque o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, derribou duas liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A decisão liberou também a escolha do deputado Heni Ozi Cukier (Novo-SP) como relator.

A Alesp argumentou que as decisões representam interferência indevida de um Poder sobre outro e que a reforma legislativa só reproduz no estado o que já vigora na esfera federal. A reforma dos servidores da União foi aprovada em 2019.

Entenda as principais mudanças

Aposentadoria

Idade mínima: 62 (mulher) e 65 (homem) anos
25 anos de contribuição
10 anos no serviço público
5 anos no mesmo cargo em que irá se aposentar

Para professores

Idade mínima de 57 (mulher) e 60 (homem) anos

Policia civil, agentes de segurança penitenciária e agente de escolta e vigilância penitenciária

55 anos de idade
30 anos de contribuição
25 anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial
5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria

Cálculo do benefício

60% da média salarial desde jul.1994

+
2% a cada ano de contribuição que ultrapassar 20 anos

- Para quem entrou no serviço público **de 2004 até 2013** o cálculo será de 80% da média de todas as contribuições

- Para quem entrou no serviço público **a partir de 2013**, será de 100% da média, limitado ao teto do INSS (R\$ 6.101,06 em 2020)

- Quem entrou no serviço público até 2003 terá integralidade e paridade se, além de cumprir as regras de transição, tiver 5 anos no nível ou classe em que se der a aposentadoria

Pensão por morte

50% da média salarial mais 10% por dependente, até o limite de 100%

- A cota deixará de ser paga quando o dependente atingir a maioridade
- No caso de viúvo ou viúva, a duração dependerá do **número de contribuições e do tempo de casamento** ou união estável: será de quatro meses se o servidor tinha menos de 18 contribuições e estava casado ou em união estável há menos de dois anos. Se tinha mais contribuições e mais tempo de união, o tempo vai variar de 3 anos a até o fim da vida do dependente, no caso em que tenha mais de 44 anos
- Será de **100% em caso de morte por agressão** sofrida no exercício ou em razão da função

Contribuição

A alíquota previdenciária subirá de 11% para **14%** 90 dias após a reforma passar a valer

Fontes: Alesp e governo de SP

20 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ suspende acolhimento e mantém menor com família afetiva

Em casos envolvendo interesse de criança ou adolescente, a solução deve sempre observar o melhor interesse do menor

O acolhimento institucional de menor é medida excepcional, devendo, sempre que possível, ser prestigiada a permanência da criança ou do adolescente em âmbito familiar, ainda que sob o regime de guarda de fato.

Com esse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu habeas corpus de ofício para suspender mandado de busca e apreensão e o acolhimento institucional de uma criança que vive em família com a qual não tem vínculo de parentesco.

A criança, atualmente com quase três anos, teria sido entregue pela mãe biológica a uma “madrinha”. Os pais biológicos — usuários de drogas e acusados de maus-tratos e de abandono material e afetivo — foram processados pelo Ministério Público, que pediu o acolhimento institucional do menor.

Segundo o processo, desde os dois meses de idade o menino vivia na casa dos pais afetivos. Após receber o bebê, a “madrinha” procurou o conselho tutelar, que concedeu a guarda provisória à família. O juízo de primeiro grau considerou que não houve indício de burla ao cadastro de adoção, mas o Ministério Público recorreu ao Tribunal de Justiça de São Paulo, que emitiu a ordem de acolhimento institucional.

20 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

TRANSFORMAÇÃO

Depois do Conselho Nacional de Justiça adotar, há um ano, novas regras para juízes que receberam o auxílio-moradia, o custo dessa mordomia caiu em mais de 98%: de R\$ 394 milhões para R\$ 9 milhões por ano. Antes, as regras permitiam o privilégio, em qualquer caso. Se o marido e a mulher fosse magistrados, ambos recebiam o valor. Nada de generosidade e compreensão da magistratura: o equivalente ao valor do auxílio-moradia foi transformado em aumento salarial para toda a carreira.

DEMISSÕES SUSPENSAS

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) decidiu que as demissões dos mais de mil empregados da Fábrica de Fertilizantes do Paraná (Fafen-PR) devem ser suspensas pelo menos até o dia 6 de março. A decisão ocorreu após audiência de dissídio coletivo de greve movida pelo Sindiquímica-PR contra a direção da Petrobras. A sessão foi conduzida pela desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista.

20 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ENTENDIMENTOS JURÍDICOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dívidas em moeda estrangeira e falta grave no cumprimento da pena estão na nova Pesquisa Pronta

A página da Pesquisa Pronta disponibilizou cinco novos temas nesta semana. Entre eles, estão a conversão de dívidas em moeda estrangeira, as condenações anteriores para efeito de maus antecedentes e a desobediência aos agentes penitenciários como falta grave. O serviço tem o objetivo de divulgar os entendimentos jurídicos do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

DIREITO CIVIL - CONTRATOS

A Quarta Turma decidiu que “as dívidas fixadas em moeda estrangeira deverão, no ato de quitação, ser convertidas para moeda nacional, com base na cotação da data da contratação e, a partir daí, atualizadas com base em índice oficial de correção monetária”.

DIREITO CIVIL - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Quarta Turma estabeleceu que, “segundo entendimento do STJ, as contas apresentadas de forma não mercantil podem ser consideradas boas diante da apresentação de justificativa pela parte e da realização de perícia contábil”.

DIREITO CIVIL - CONTRATO DE COMPRA E VENDA

No âmbito do direito civil, a Terceira Turma decidiu que “a cobrança pelo promitente vendedor do serviço de assessoria técnico-imobiliária é abusiva”.

DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DE PENA

“É pacífico neste sodalício o entendimento de que as condenações anteriores transitadas em julgado há mais de cinco anos, embora não caracterizem reincidência, podem ser consideradas como maus antecedentes.”

DIREITO PENAL - CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Quinta Turma, “consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários, com subversão da ordem e disciplina carcerárias.

20 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Professor preso fez mais de 300 vídeos

Suspeito de pornografia infantil, foi afastado pela St. Nicholas; em depoimento, admitiu ter filmado alunas que têm entre 11 e 17 anos

Felipe Resk
Renata Cofardo

Preso por suspeita de produzir e armazenar material pornográfico, o professor Ivan Secco Falsztyn, de 54 anos, confessou ter feito mais de 300 vídeos de alunas da St. Nicholas School, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo. A informação consta em interrogatório do suspeito, feito pela Polícia Civil e obtido pelo *Estado*. O docente já foi afastado da escola.

Falsztyn foi detido em flagrante após os policiais cumprirem mandado de busca e apreensão na casa dele, também em Pinheiros, na manhã de anteontem. O docente teve a prisão preventiva decretada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) em audiência de custódia realizada nesta quarta-feira.

Segundo as investigações, o professor usava caixas de remédio para esconder uma câmera digital e, assim, filmar partes íntimas de alunas durante aulas de História e Teatro. Agora, investigadores querem saber se o conteúdo pornográfico era comercializado – o que Falsztyn negou durante o interrogatório. Em depoimento, o suspeito afirmou que “acredita ter realizado mais de 300 gravações”. Ele diz, ainda, que fazia as gravações ilegais há menos de quatro anos e “as meninas que aparecem nas imagens são todas suas alunas”. As idades das vítimas variam entre 11 e 17 anos, de acordo com o professor.

● Agravação

“Em um ou outro vídeo, você vê que ele tenta colocar a menina no ângulo em que ele pegue a calcinha. Em outro, é nítido que está embaixo da carteira.”

Ivalda Aleixo

DELEGADA

Durante o interrogatório, Falsztyn disse que usava a câmera “sempre no ambiente da sala de aula, posicionando-a no chão e em uma prateleira de frente de seus alunos”. “O interrogado confessa ter produzido todos os materiais e que ninguém o auxiliou na produção dos vídeos”, diz o documento.

Falsztyn é um dos 43 presos da Operação Luz da Infância, ação contra pornografia infantil feita pela Polícia Civil de 12 Estados, sob coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Responsável pela prisão, a delegada Ivalda Aleixo, do Departamento de Capturas, estima que a polícia apreendeu ao menos 200 horas de material ilícito, agora sob perícia.

A Polícia Civil suspeita, entretanto, que Falsztyn pode ter apagado outros vídeos dos aparelhos apreendidos. Por isso, deve usar programas para recuperar arquivos deletados. Falsztyn entrou no radar da polícia após baixar do computador de casa conteúdo relacionado à pornografia. Os investigadores conseguiram levantar o IP da máquina. Até cumprir o mandado de busca e apreensão, no entanto, os agentes não sabiam que ele produzia vídeos das próprias alunas.

Até o momento, não há queixa ou indício de que o professor tenha cometido abuso sexual físico contra as estudantes. O Estado apurou que a escola está analisando suas câmeras de segurança para tentar identificar algum movimento suspeito do professor. Os investigadores também devem colher depoimentos nos próximos dias.

Afastamento. O professor trabalhava na escola havia 20 anos e tinha uma sala exclusiva, onde a polícia suspeita que foi feita parte das gravações. Nesta quarta, a St. Nicholas School divulgou nota informando que afastou o docente.

A St. Nicholas mandou carta aos pais, informando que contratou a psicóloga Fabiana Saffi, chefe do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), que fará plantões para os pais. A escola cita que é criteriosa na seleção de professores, mas está vulnerável a pessoas que “por estarem imbuídas por um espírito torpe buscam deliberadamente dissimular a realidade para ocultar e manter velados os atos praticados”.

20 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

"Doria, Gilmar e Maia veem escalada de 'autoritarismo'

Governador, ministro do STF e presidente da Câmara discutem em jantar o que consideram investidas de Bolsonaro contra instituições

Eliane Cantanhede / BRASÍLIA

Em jantar na residência oficial da presidência da Câmara, anteontem, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governador João Doria (PSDB-SP), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e dez parlamentares discutiram o que consideram uma "escala da autoritária" do presidente Jair Bolsonaro contra a imprensa, os governadores, o Congresso e outras representações da democracia.

Conforme o **Estado** apurou, Maia está preocupado em não confrontar Bolsonaro, com quem mantém relações difíceis desde o início do mandato presidencial, mas disse que a "linha dura" continua instalada no Palácio do Planalto e lamentou os efeitos negativos da grave polarização entre direita e esquerda na retomada do crescimento econômico. Garantiu, porém, que o Congresso tocará as reformas tributária e administrativa, mesmo sem a iniciativa ou o apoio do Executivo.

O mais incisivo no encontro foi o ministro Gilmar Mendes, que chegou a reclamar da "bonomia" (bondade, falta de maldade, leniência) com que instituições e setores da sociedade convivem, na sua opinião, com as agressões do presidente, que se tornaram praticamente diárias e dirigidas a um número cada vez maior de alvos. O ministro do Supremo defendeu o "fim dessa bonomia".

O jantar foi no dia em que Bolsonaro atacou em tom sexista a jornalista Patricia Campos Melo e em meio ao novo mal-estar entre Executivo e Legislativo, pela decisão do governo de romper um acordo fechado pelo Ministério da Economia e as cúpulas da Câmara e do Senado quanto ao Orçamento impositivo. Maia atribuiu a responsabilidade pelo rompimento menos a Bolsonaro e mais ao ministro Paulo Guedes.

Já no dia seguinte, ontem, surgiu o vídeo do general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), acusando os parlamentares de "chantagearem" o governo e terminando a frase com um palavrão, como que confirmando a avaliação e as críticas feitas no jantar de Maia, Doria e Gilmar.

Doria é um dos líderes da reação dos governadores aos ataques do presidente e da carta assinada por 20 deles criticando o presidente por manifestações que não contribuem com "a evolução da democracia". Ontem, depois de encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), cobrou de Bolsonaro "diálogo e entendimento".

Miliciano. Se o clima da semana já era de tensão, pelos ataques de Bolsonaro a jornalistas e pelo confronto com governadores, esse clima só piorou com as manifestações dele e de seus

filhos sobre a morte do capitão Adriano, líder de uma milícia do Rio. No Legislativo e no Judiciário, há perplexidade com as manifestações do presidente.

No fim da tarde de ontem, o ambiente político ganhou um fator novo e preocupante, com os tiros no senador Cid Gomes, no Ceará, durante protestos de policiais no Estado, o que mobilizou Senado, Câmara e mundo jurídico, justamente no dia em que o Congresso criou a Comissão Mista que buscará um consenso para uma reforma tributária comum.

Combater as causas da criminalidade

A vida humana é o maior valor de uma sociedade e o menor para o mundo do crime. Essa síntese se materializa de forma mais perversa no sistema operacional do crime organizado que domina territórios e presídios.

Com o primeiro, elege representantes políticos e formaliza sua presença, com todas as prerrogativas do mandatário eleito – incluída a de efetivar nomeações em todos os níveis da estrutura do poder público. No segundo caso, é o juiz do destino da parcela majoritária da terceira maior população prisional do mundo – os mais de 812 mil detentos em nossas prisões. Os presídios, por sua vez, tornaram-se centros de recrutamento das facções criminosas pela brutal razão de que o Estado não garante a vida dos que lá estão. São apenas obrigados a buscar segurança nas facções para não morrerem, trocando proteção por submissão integral.

No Rio de Janeiro, onde essa realidade é mais visível e aguda, milicianos e traficantes controlam 830 comunidades, onde vive 1,5 milhão de pessoas. Os criminosos têm o controle do território, o controle do voto, elegem suas bancadas na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa, até no Congresso Nacional, e garantem a indicação de pessoas para ocuparem cargos públicos, mesmo na área de segurança. É o que venho chamando há tempos de “coação das trevas”.

Como o **Estado** já demonstrou, as milícias não são privilégio do Rio, mas são encontradas em 23 dos 27 Estados da Federação. E todas, sem exceção, são formadas e/ou comandadas por policiais da reserva ou da ativa. Isto é, o poder público treina e forma agentes públicos de segurança que adiante se desviam para o crime e lá exercem as competências adquiridas com o dinheiro do cidadão contribuinte.

Tivemos sete Constituições

e em nenhuma delas o governo central teve responsabilidades com a segurança pública – desde a primeira, de 1824, até a última, de 1988.

O peso da segurança pública é dos Estados, que respondem por 81% do gasto total – o governo federal, 12% e os municípios, o restante. Destaque-se que todas as áreas sociais constantes da Carta de 88 se constituíram em sistemas liderados e compartilhados pelo governo federal e se organizaram em ministérios. Menos a segurança pública, salvo nos 11 meses de existência do Ministério da Segurança.

Estado algum, por óbvio, teve ou tem poderes ou recursos para definir e implantar um sistema nacional ou uma política nacional de segurança. Portanto, nunca tivemos nem sistema nem política, até

Na nossa gestão colaboramos, sem dúvida, para a queda dos homicídios no País

o advento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), em 2018, no governo Temer.

Enquanto tal “acefalia federativa” se perpetuava, o crime organizado se nacionalizava e internacionalizava. Das mais de 70 facções do crime organizado de base prisional, ao menos meia dúzia é nacional e avança em países vizinhos.

Nosso debate nacional, no entanto, se limita à repressão: mais polícias, mais armas, mais veículos, penas mais duras, etc. Porém uma política nacional de segurança integral começa na prevenção social, passa pela repressão qualificada e não pode desviar os olhos da calamidade que é nosso sistema prisional, que prende muito e mal – 48% dos crimes são de furto, roubo ou receptação e 12%, de homicídio.

Diante disso, a polêmica sobre quem tem o crédito pela queda dos homicídios é pobre e desnecessária. Ela se iniciou em 2018 (ano eleitoral, em

que, sabiam os governadores, a segurança seria decisiva) e seguiu caindo em 2019. Porém o protagonismo não é do governo federal, anterior ou atual, é dos Estados.

Na nossa gestão colaboramos, sem dúvida, para a queda dos homicídios, com ações como o Susp, a criação de um sistema e uma política nacionais de segurança, que nunca tivemos anteriormente.

Ainda fizemos a vinculação de recursos das loterias ao Fundo Nacional de Segurança e alocamos R\$ 90 milhões para a digitalização dos 2 milhões de processos da Justiça penal, idem para a biometria de toda a população carcerária, dentre muitas outras ações.

São fundamentos importantes, mas para enfrentar o problema na sua amplitude é preciso focar a política pública de segurança nas seguintes questões: 1) implantar um amplo programa de prevenção social focado na juventude das periferias, sobretudo jovens negros e pardos, fora da escola e sem trabalho, vivendo em famílias desestruturadas; 2) reformar o nosso caótico sistema prisional, reduzindo o superencarceramento, ampliando as unidades do semiaberto, dando chance de estudo e formação profissional aos apenados e ampliando programa nacional de egressos que nós deixamos; 3) extirpando as indicações e promoções políticas nas polícias, instituindo efetivamente a promoção por mérito, tornando as corregedorias autônomas e com estrutura, fortalecendo o controle externo e instituindo processo eficiente e rápidos nos casos de crimes violentos e corrupção, além de focar na inteligência policial; 4) rever a atual política de drogas, em especial definindo o *quantum limite* para o porte de drogas por usuário.

20 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Mediação de uma ilegalidade

Há poucos dias, o ministro Ives Gandra Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), declarou ilegal a greve dos petroleiros iniciada no dia 1.º deste mês. No entender do ministro, a paralisação, liderada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), “tem motivações políticas e desrespeita ostensivamente a lei de greve e as ordens judiciais de atendimento às necessidades inadiáveis da população em seus percentuais mínimos de manutenção de trabalhadores em atividade” (90%). O ministro Ives Gandra Filho autorizou a Petrobrás a aplicar “eventuais sanções disciplinares” – inclusive a demissão de grevistas – e fixou o pagamento de multas diárias que variam de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil a todos os sindicatos envolvidos na greve.

Sob quaisquer ângulos que se analise esta paralisação, o que se tem é uma completa desmoralização da greve como justo instrumento de que dispõem os trabalhadores para fazer valer os seus interesses. Neste episódio, igualmente desmoralizada ficou a Justiça do Trabalho.

Parte dos petroleiros – a FUP afirma que são 15 mil, cerca de 80% dos 18,5 mil trabalhadores federados – decidiu cruzar os braços após a Petrobrás anunciar a decisão de fechar a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR), localizada no município de Araucária. A empre-

sa tem registrado sucessivos prejuízos, razão para o anúncio de seu fechamento, há pouco mais de um mês.

O encerramento das atividades da Fafen no Paraná causará a demissão de 396 funcionários diretos e 600 indiretos, aproximadamente. É compreensível o drama das famílias afetadas pelo fechamento da fábrica. No entanto, não é razoável esperar que uma empresa defina sua estratégia de negócios e tome ou deixe de tomar decisões em linha com essa estratégia, por mais duras que sejam, movida pelo sentimento de empatia por aqueles que serão diretamen-

A greve dos petroleiros desmoraliza o instituto da greve e a própria Justiça do Trabalho

te afetados por aquelas decisões. Frise-se que a Fafen-PR é deficitária há alguns anos e, sendo a Petrobrás uma empresa de economia mista, sua renitente operação deficitária cobra a conta de um número muito maior de cidadãos do que os que estão diretamente ligados à empresa.

Inadmissível seria a Petrobrás desrespeitar os funcionários da Fafen-PR, ignorar seus direitos e praticar outros atos em desacordo com as leis. Mas, a julgar pela decisão do ministro Ives Gandra Filho, não parece haver desrespeito e tampouco ilegalidades no que concerne ao fechamento da empresa paranaense.

Sob o ponto de vista estritamente pragmático, a paralisa-

ção produziu um efeito que, a bem da verdade, se volta contra os próprios petroleiros. Não há qualquer indicador de que nestas três semanas de greve tenha havido queda na produção petrolífera ou problemas na distribuição de derivados. Em entrevista ao **Estado**, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, afirmou que “nenhum barril de petróleo deixou de ser produzido nem refinado” no período de greve dos petroleiros.

A FUP recorreu da decisão do ministro Ives Gandra Filho. Mais do que isso: a FUP ignorou uma decisão do TST e manteve a greve enquanto seu recurso era julgado pela desembargadora Rosalie Michaele Bacila, do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região. A magistrada determinou a suspensão das demissões na Fafen-PR até que a Petrobrás e os representantes dos petroleiros cheguem a um acordo.

Não só a decisão da magistrada desrespeita a determinação de instância superior, como põe o Poder Judiciário como mediador de um acordo a respeito de uma greve já declarada ilegal pela própria Justiça do Trabalho. O próprio ministro Ives Gandra Filho se dispôs a intermediar as conversas, marcando audiência em seu gabinete entre a Petrobrás e a FUP a fim de tratar da paralisação que ele declarou ser ilegal. As esquisitices do Poder Judiciário são menos raras do que o desejável, mas a mediação de uma ilegalidade é novidade.

20 FEV 2020

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça suspende demissões em fábrica da Petrobras



O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) decidiu ontem que as demissões dos mais de mil empregados da Fábrica de Fertilizantes do Paraná (Fafen-PR) devem ser suspensas pelo menos até o dia 6 de março. A decisão ocorreu após audiência de dissídio coletivo de greve movida pelo Sindiquímica-PR contra a direção da Petrobras. A sessão foi conduzida pela desembargadora Rosalie Michaelle Bacila Batista.

As demissões na Fafen são um dos pontos principais de reivindicação da greve dos petroleiros. A direção da Petrobras decidiu fechar a empresa e realizar desligamento em massa, contrariando acordo coletivo.

No Rio de Janeiro, onde um grupo de petroleiros ocupa o Edifício Sede (Edise) da estatal, um grande ato foi realizado reunindo movimentos populares, estudantes e trabalhadores em defesa da estatal e em apoio ao movimento grevista, que chegou ao seu 18º dia. ●

Acusação ao presidente

Por determinação do ministro da Justiça, Sérgio Moro, a Polícia Federal abriu um inquérito para apurar declarações de cunho político do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado. O petista foi interrogado nesta quarta-feira, dia 19, no Aeroporto de Brasília, a respeito de discursos que fez ao deixar a prisão, em novembro de 2019, vinculando o governo Jair Bolsonaro e aliados à atuação de milícias. ●

20 FEV 2020

BEMPARANÁ

Polícia divulga imagens do assalto à sobrinha de Moro no interior do PR

A Polícia Civil do Paraná divulgou ontem imagens de um casal suspeito de roubar dois jovens, sendo um homem e uma mulher, ambos de 18 anos, em Maringá. O crime aconteceu na última segunda (17), no bairro Parque Gávea e uma das vítimas é sobrinha do Ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Conforme apurado, as vítimas estavam dentro de um veículo estacionado na rua, quando foram abordados pelos criminosos, que também eram um casal. Até o momento foram encontrados os documentos e um dos celulares das vítimas. A PCPR segue investigando o caso. À princípio os suspeitos estariam envolvidos com o tráfico de drogas.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Franklin de Freitas



Vereadora de Araucária recebe bilhete machista criticando as roupas dela

A vereadora Tatiana Nogueira (PSDB), de Araucária, município da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), usou a tribuna para denunciar um ato de machismo e preconceito do qual foi vítima. O caso foi registrado na segunda-feira, (17), durante sessão plenária na Câmara de Vereadores de Araucária.

Um homem identificado por Juan Furtado Lacerda foi até mesa e entregou um bilhete para a parlamentar. No bilhete estava escrito: "Desculpe sua roupa não está adequada para uma vereadora, no local de trabalho. Lacerda" Após receber o bilhete, durante uma votação, a vereadora pediu a palavra para relatar o ocorrido. Tatiana estava usando calça jeans destroy e camisa branca. Ele disse que irá registrar um Boletim de Ocorrência.

PF diz que Lula não será enquadrado na Lei de Segurança

A Polícia Federal (PF) informou ontem ter concluído que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não cometeu crime previsto na Lei de Segurança Nacional (LSN) na investigação a respeito de declarações públicas em que o petista chama o presidente Jair Bolsonaro de "miliciano".

A PF disse já ter encaminhado um relatório da investigação à Justiça.

O órgão subordinado ao ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, afirma que o ministro não "orientou ou determinou" que Lula fosse enquadrado na LSN, uma lei sancionada em 1983, durante a ditadura militar.